

Literacias para a cidadania global

Isabel Maria Ribeiro Ferin Cunha

Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Investigadora do Centro de Investigação em Comunicação da Universidade Nova de Lisboa (ICNOVA).

E-mail: barone.ferin@gmail.com

Resumo: Este texto discute a pertinência, atualidade e princípios do conceito de literacias para uma cidadania global. Após descrever historicamente a emergência e o enquadramento do conceito de literacia na década de 1960, aborda-se os fatores que impelem à sua expansão num mundo global. Descreve-se o entendimento de ler o mundo, como capacidade de buscar, agregar e interpretar informação a partir de múltiplas fontes e dispositivos, com o objetivo de compreender fenômenos e situações. Defende-se que o objetivo da literacia para uma cidadania global deve dirigir-se a todos os grupos sociais, identificados por características próprias e merecedores de abordagens específicas. A metodologia utilizada está sustentada na revisão bibliográfica e assume-se o pendor ensaístico e exploratório da exposição.

Palavras-chave: literacia; desordem informativa; ecossistema mediático; século XXI; literacia para a cidadania global.

Abstract: This study discusses the relevance and principles of the concept of literacies for global citizenship. After historically describing the emergence and framing of the literacy concept in the 1960s, we address the factors impelling its expansion in a global world. We describe the understanding readings of the world and the ability to seek, aggregate, and interpret information from multiple sources and devices, aiming to assess phenomena and situations. We argued that the objective of global citizenship should address all social groups, identified by their own characteristics and worthy of specific approaches. The methodology used is supported by a bibliographic review and assumes the essayistic and exploratory nature of our explanations.

Keywords: literacy; information disorder; media ecosystem; 21st century; literacy for global citizenship.

1. INTRODUÇÃO¹

As literacias são uma ferramenta de compreensão e de ação individual e coletiva, num mundo de complexidades e desafios crescentes, onde as tecnologias de informação e comunicação, os seus conteúdos e efeitos adquirem uma centralidade indiscutível².

O conceito literacia nasceu na década de 1960, associado à ideia de educação para as mídias e à percepção que as crianças e os jovens, a partir da qual pessoas mais frágeis se encontravam indefesas e desprotegidas face às mídias, ao mesmo tempo em que eram vulneráveis e influenciáveis pelos conteúdos veiculados. A educação para as mídias se integra na corrente de pensamento crítico que analisou os fluxos de informação mundiais e a concentração das mídias e da informação. O relatório McBride (UNESCO, 1983), em 1980, promovido pela Unesco, constatou as desigualdades no acesso à informação, sempre em desfavor dos países e continentes mais despossuídos. Ao mesmo tempo, comprovou que a informação e sua distribuição se concentravam em quatro agências de notícias ocidentais: a francesa Agence France Press (AFP), a britânica Reuters, e as americanas Associated Press (AP) e a United Press International (UPI). Com vista a colmatar esta situação, o relatório propôs mudanças nos fluxos da informação, com o objetivo de descentralizar o acesso e a distribuição da informação e contrariar os fluxos dominantes do Norte para o Sul³.

O crescente papel global e nacional da informação e da comunicação, além da emergência da televisão, em 1982, levou um grupo de peritos reunidos sob os auspícios da Unesco, na cidade alemã de Grünwald, a publicar uma declaração que ficou conhecida como Declaração de Grünwald. O documento apelava à necessidade de se promover a educação para as mídias, principalmente entre as crianças e os jovens, dada a centralidade desses dispositivos na vida de todos os cidadãos. Ao mesmo tempo, valorizava o ecossistema mediático como um elemento da cultura e alertava para a necessidade de preparar os jovens para conviver e potenciar as vantagens da “boa” utilização das mídias.

Uns anos depois, em 1984, a Unesco publica o texto “L'éducation aux médias”, que preconizava a educação para as mídias, colocando a tônica nos processo de comunicação. O objetivo deste texto foi, primeiramente, apelar para que se investisse em melhorar as capacidades e as competências dos cidadãos face às mídias, tanto no domínio da compreensão como da utilização, especialmente entre os jovens e as crianças. O documento apontava a necessidade de os governos investirem na promoção de uma cultura capaz de utilizar os dispositivos de comunicação e de otimizar práticas comunicativas *na e para* a sociedade. Ao abrigo destas orientações, foram desenvolvidos programas e atividades educativas, tendo como destinatários finais públicos previamente identificados, no sentido de criar ferramentas educacionais adaptadas, com vista a estimular a alfabetização para as mídias e a sua utilização cidadã.

As propostas da Unesco, assim como as atividades posteriormente apoiadas pelas escolas e associações, fundamentaram-se no paradigma teórico advindo da Escola de Frankfurt, nomeadamente de autores como Adorno e Horkheimer, bem como nos estudos americanos que analisaram os efeitos diretos e indiretos das mídias. Os pressupostos assumidos se assentavam na ideia de que as mídias,

1 Este texto tem na sua origem o Seminário, realizado na Escola Superior de Publicidade e Marketing (ESPM), na Cátedra Maria Aparecida Baccega, intitulado “Literacias para a Cidadania Global”, realizado em fevereiro e Março de 2021. Agradeço à Adriana Lima Oliveira o trabalho de compilação de apontamentos e o apoio da Professora Gisela Castro.

2 Tal como fizeram muitos autores dos estudos culturais, a partir da década de 50 do século passado, a autora declara que o seu lugar de fala se situa no mundo ocidental, embora haja uma profunda preocupação com a universalidade da proposta apresentada.

3 MATTELART, Armand. *A invenção da comunicação*. Lisboa: Piaget, 1994.

públicas ou privadas, constroem a realidade em função de determinados interesses instalados, têm objetivos comerciais e estão ao serviço de valores ideológicos que favorecem o poder econômico, político, ou ambos. Reconhecia-se, ainda, que os conteúdos, independentemente da natureza e da linguagem de cada mídia, têm implicações nos indivíduos e nas sociedades. No mesmo documento, salientava-se o papel do jornalismo como garantia da democracia, da liberdade de informação e de expressão, e conclamava-se os jornalistas a manter uma postura neutra e objetiva, a favor da democracia e dos direitos humanos.

Convém sublinhar, como refere Manuel Pinto⁴, que “o conceito de educação para a literacia mediática foi, historicamente, e em grande medida, um processo que se desenhou e desenvolveu no mundo ocidental”. A expansão do conceito à escala global, por mão da Unesco, nomeadamente à África e à América Latina, integrou nos debates perspectivas teóricas e conceptuais de países com passados coloniais e vivências muito diferentes. Emergem, neste contexto, conceitos como “direito à comunicação”, “democratização da comunicação”, bem como perspectivas associadas à língua, à diversidade e ao multiculturalismo.

Em 2005, a Declaração de Alexandria⁵ dá corpo a uma outra vertente da literacia ao associá-la à aprendizagem ao longo da vida, no sentido de, numa sociedade democrática, “ser cidadão passa não só por ‘cumprir regras’, mas sobretudo, por participar de forma ativa, com vista a transformar os contextos sociais dentro da pluralidade”⁶.

Nos finais do século XX, com o desenvolvimento das Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), associadas à expansão dos dispositivos mediáticos e à universalização das redes sociais, surgiram novos desafios, que impulsionaram novas abordagens à literacia, incentivando um conjunto de investigações e de propostas de ação. Como consequência, a expansão das redes sociais e de fenômenos a elas associadas, como a polarização política, os populismos e os discursos de ódio, vieram redirecionar os estudos de literacia.

2. LER O MUNDO

A consciência de uma cidadania global tem uma genealogia histórica, mas sua atualidade advém da transversalidade da informação e do reconhecimento de causas comuns agregadoras dos cidadãos, potenciadas pelas mídias tradicionais e pelas tecnologias da informação e comunicação. Na base desta percepção, estão os fluxos de informação provocados por eventos, tais como: as grandes catástrofes, as crises humanitárias, casos específicos causadores de impactos emocionais globais, e outros. Acresce-se que a globalização de um capitalismo predatório, vigente em todas as latitudes, contribuiu de forma inequívoca para a percepção deste mundo comum, independentemente dos pontos de vista e consequências geopolíticas. Por outro lado, a agudização da crise climática e os desafios que dela emergem, ao nível da sustentabilidade do planeta, facilitaram o reconhecimento dessa partilha de habitat e alertaram para problemas transversais. Entre estes elementos, destacam-se os desafios inadiáveis da mudança do paradigma energético e industrial, a urgência de medidas que promovem a conservação e proteção

4 PINTO, Manuel. Prefácio: conceitos e práticas. In: BRITES, Maria José; AMARAL, Inês; TORRES DA SILVA, Marisa. *Literacias cívicas e críticas*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho, 2019. p. 7-8.

5 Cfr. <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/wsis/Documents/beaconinfosoc-pt.pdf>

6 MACEDO, Lurdes. Educação e literacia para as mídias na promoção da cidadania. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 4., 2005, Aveiro. *Atas [...]*. Aveiro: Comissão Editorial da Universidade de Aveiro, 2005.

de recursos naturais – e que reduzam as crescentes desigualdades – e alterem estilos de vida, fundados no consumo descartável. No centro, interligando e permeando esta conjuntura, estão, de forma omnipresente, as tecnologias de informação e comunicação.

As próximas décadas trarão mudanças drásticas ao cotidiano de muitos cidadãos, em todas as latitudes, não só derivadas, como já se referiu, das alterações climáticas, mas, também, provocadas pelos impactos em todos os setores da atividade social, das tecnologias da informação e comunicação digitais. Convém sublinhar que estas empresas são globais e, em países de democracia liberal, suas atividades e conteúdos não são regulados e estão hoje na mão de cerca de dez multimilionários, majoritariamente com nacionalidade norte-americana. Estas empresas – que obtêm maior valor no mercado global (Figura 2) – utilizam inteligência artificial, algoritmos e *bots* para extrair proveitos da atividade dos seus utilizadores, sob a forma de tendências transformadas em dados.

Na Figura 1, pode-se observar que, tanto em economias controladas pelo Estado quanto em economias abertas, as designadas BigTec são aquelas que não só têm maiores lucros como chegam a um maior número de consumidores/utilizadores. Ao mesmo tempo, enquanto, na China, o controle destas empresas pelo partido único utiliza formas sofisticadas para condicionar os cidadãos, nas outras regiões do mundo, os algoritmos tendem a potenciar a polarização e os ataques à democracia.

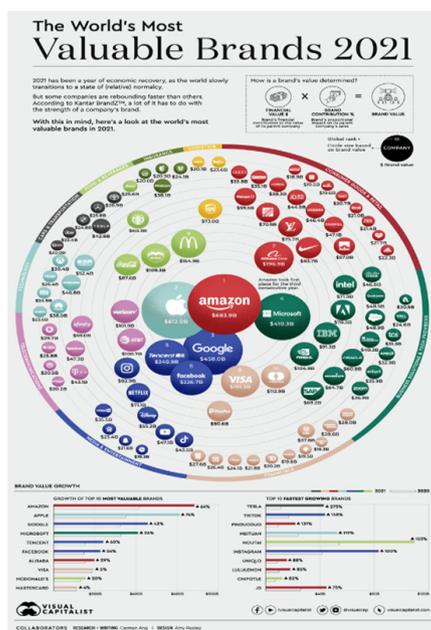


Figura 1: As marcas com maior valor no mundo em 2021

Fonte: <https://www.visualcapitalist.com/top-100-most-valuable-brands-in-2021/>.

Tal como refere a Unesco no documento “Think Critically and Clic Wisely”⁷, a prioridade das democracias deverá ser a promoção de uma cidadania ativa, capaz de informar decisões individuais com repercussões globais. Este processo envolve a sensibilização dos cidadãos, a partir de um conjunto de aprendizagens com vista a desenvolver massa crítica capaz de ler o mundo, observar e interpretar fenômenos e propor alternativas inovadoras políticas, econômicas e sociais.

7 Cfr.: <https://milobs.pt/wp-content/uploads/2021/11/Think-Critically-Click-Wisely.pdf>

Pensar a cidadania global requer competências que permitam ler não só a complexidade dos fenômenos mas, também, desconstruir estados e manipulações da emoção, que tendem a impor um pensamento dominante. Raciocinar sobre a interdependência global do mundo exige articular realidades e desafios de natureza diversa, que vão das catástrofes naturais às alterações climáticas; do papel hegemônico das grandes empresas tecnológicas às sofisticadas programações algorítmicas e *bots*, que controlam grande número de atividades quotidianas, inclusivamente as relações nas redes sociais. A cidadania global implica uma compreensão do mundo crítica e criativa, que coloque em questão o modo de vida proposto pelo capitalismo, nas suas formas mais agressivas e atuais; que tenha capacidade de sugerir alternativas aos padrões de consumo e à concepção de bem-estar, com vista a diminuir a desigualdade e a iniquidade; que incite ao desenvolvimento de formas alternativas e sustentáveis de organização social, acesso à energia, mobilidade, habitação e alimentação. Uma cidadania global exige, igualmente, uma concepção humanizada e menos produtivista de ciência, tecnologia e trabalho.

No ecossistema complexo do século XXI, estas aprendizagens, direcionadas a todos os grupos etários e sociais, requerem um novo conceito de literacia, expresso numa alfabetização sofisticada para conteúdos e informação, que envolva o treino de pensamento crítico, criativo, emocional e prospetivo, bem como o domínio de aptidões tecnológicas e digitais. A leitura do mundo não tem uma receita unívoca, mas é possível enunciar um conjunto de princípios, categorias e ferramentas que capacitem os cidadãos a cruzar olhares e perspectivar, num mundo fragmentado, polifônico e digital, cenários de leitura e interpretação que rebatam o pensamento linear e simplista, bem como a polarização crescente.

Compreender o desenho – a partir de diversos pontos de vista dos sujeitos e grupos envolvidos – dos contextos políticos, económicos e sociais de determinados fenômenos constitui uma “condição”, sem a qual se tenderá para uma visão simplificada e parcial do mundo. Este impulso de polarização, que envolve conteúdos e informação, agravado pelas tecnologias digitais e incentivado pelo ecossistema mediático e pelas redes sociais, perpassa as sociedades democráticas e atinge, como uma doença mortal, os totalitarismos, populismos e autoritarismos. O caminho para minorar esta tendência das sociedades atuais é uma alfabetização para o ecossistema mediático, transversal a todos os cidadãos, que permita a descodificação de objetos, emoções, fenômenos e acontecimentos. Uma educação formal e informal ao longo da vida, que potencie a capacidade dos cidadãos de compreender o(s) local(ais) de onde “falam” e onde estão “posicionados”, assim como das forças que se movem ao seu redor. Ler o mundo torna-se, assim, numa atividade que valoriza a observação sob múltiplas perspectivas, reconhece a emoção e favorece a elaboração de cenários alternativos e de argumentação, com base num racional universalizante.

Uma das categorias estruturantes da leitura do mundo é o reconhecimento de fenômenos globais, isto é, de ocorrências, eventos, acontecimentos, transversais a todas as regiões do globo, que, mantendo elementos comuns, tendem a manifestar-se e a ser vivenciados de formas diferenciadas. Estão nesta categoria e são matéria de conteúdo e tema de informação fenômenos como as alterações climáticas, a pandemia, a violência, a desigualdade/exploração, a mediatização, a digitalização e outras.

Todos estes temas são identificados e adquirem reconhecimento e percepção pelos cidadãos no mundo globalizado, embora assumam particularidades em cada região ou local, em função de contextos históricos, geopolíticos e económicos.

A percepção generalizada dos fenómenos identificados como globais determinam um mundo único, apesar de fragmentado e polifónico no qual se observa linhas locais de continuidade que induzem à percepção de singularidade de cada local e ou região. Aponta-se como exemplos destes cenários a expansão e o combate à covid-19, mas também as crises económicas de 2008, resultantes de episódio de falência de uma empresa financeira dos Estados Unidos, a emergência dos populismos e autoritarismos, ou a crise mundial, decorrente da invasão Russa à Ucrânia, em 2022.

Elementos estruturantes para a leitura do mundo são, ainda, o reconhecimento dos indícios da crescente desocidentalização e desdemocratização de continentes/regiões. Esta tendência que tende a pôr em cheque a ordem e a arquitetura mundial estabelecida pelo Ocidente, nomeadamente pelos Estados Unidos, após o término da segunda grande guerra mundial, aponta para um hiato temporal de desordem e caos, pautado pela desautorização, ou fim, das instituições existentes e a emergência de outras instituições internacionais. Situa-se neste contexto, por exemplo, as posições do ex-presidente Trump face às Nações Unidas, à OMS, ou ainda ao Acordo climático de Paris.

As tecnologias digitais e o papel das grandes empresas (BigTec) na difusão de conteúdos e de informação, bem como na sociabilização dos cidadãos, constituem outra categoria estruturante para a leitura do mundo. De assinalar que são as BigTec que, a partir das suas ferramentas difusoras de conteúdos e de informação, marcam as transformações económicas e políticas ao nível global, consolidando uma nova forma de capitalismo, designado ora de capitalismo digital⁸, ora de capitalismo de vigilância⁹, que tem nos dados fornecidos, voluntariamente, por utilizadores a sua matéria-prima de expansão. São as tecnologias digitais que sustentam a maior mudança de paradigma energético de que há memória na sociedade e, em simultâneo, estão no cerne das mudanças na sociabilização e no trabalho. Elas estão, igualmente, no centro das crises das democracias, potenciando a polarização ideológica, os extremismos e, ao mesmo tempo, favorecendo regimes totalitários e populistas, com base em formas totalitárias e secretas de programação algorítmica.

Ler o mundo envolve deste modo não só a capacidade de reconhecer fenómenos transversais, independentemente da sua localização, e os seus impactos globais, como conhecer o ecossistema mediático e digital em que eles ocorrem e a circularidade de conteúdos e informação que geram. A interdependência destes fenómenos é acentuada pela imprecisão de fronteiras entre telecomunicações, redes móveis, redes sociais, dispositivos, aplicações, ferramentas ou sítios. Os efeitos sociais destas dinâmicas, com relevância para a conectividade entre indivíduos, instituições e organismos, promove a geração de dados, o chamado “ouro moderno”, e alimenta os bancos de dados. Por exemplo, as redes móveis ou as redes sociais captam dados, públicos e privados, para desenvolver, com base na inteligência artificial, novos produtos. A conexão entre dados permite a

8 PACE, Jonathan. The Concept of Digital Capitalism. *Communication Theory*, Oxford, v. 28, n. 3, p. 254-269, 2018.

9 ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância*. Lisboa: Relógio D'Água, 2020.

criação de perfis de utilizadores, oferecendo-lhes, por exemplo, geolocalização, sugerindo determinados consumos ou condicionando comportamentos.

Um exemplo concreto deste fenómeno quotidiano são as mobilidades: sempre que o cidadão viaja, oferece às redes a sua localização, os materiais que recolhe (como fotografias, vídeos e outros) e, em simultâneo, recebe, no seu telemóvel, coordenadas geográficas, informações horárias e climáticas, mas também, indicações sobre monumentos a visitar, experiências a ter ou restaurantes da proximidade. Paralelamente, o acesso das Big Tech a estes dados faz com que os cidadãos se encontrem, progressivamente, desprovidos de privacidade e constantemente monitorizados. Estes dados podem ainda ser disponibilizados a outras empresas privadas ou ao Estado, circunstâncias que permitem usos múltiplos, nomeadamente o acentuar da vigilância social, como aconteceu na pandemia de covid-19.

Há, ainda, um outro conjunto de dados, designados por Big Data, que está associado à ocupação e gestão do espaço público e às diversas formas de *e-governo*, controladas pelos Estados, que proporcionam o acesso às plataformas de serviços públicos e aos documentos digitalizados, de proveniência pública e privada. Este conjunto de dados abertos, que se encontra na posse de entidades públicas, mas também privadas, é gerado, majoritariamente, por organismos de interesse público, como as finanças, as conservatórias de registo predial, as entidades ligadas aos transportes, a gestão do abastecimento de água, as instituições de ensino, saúde e justiça, entre outros. Há também um crescente volume de dados privados, advindos do uso de redes sociais, tais como o Facebook, o Twitter, WhatsApp, e outros, que permitem aferir perfis de consumo e tendências face, por exemplo, à política, à alimentação, à mobilidade, aos cuidados de saúde, entretenimento ou turismo (Figura 2).

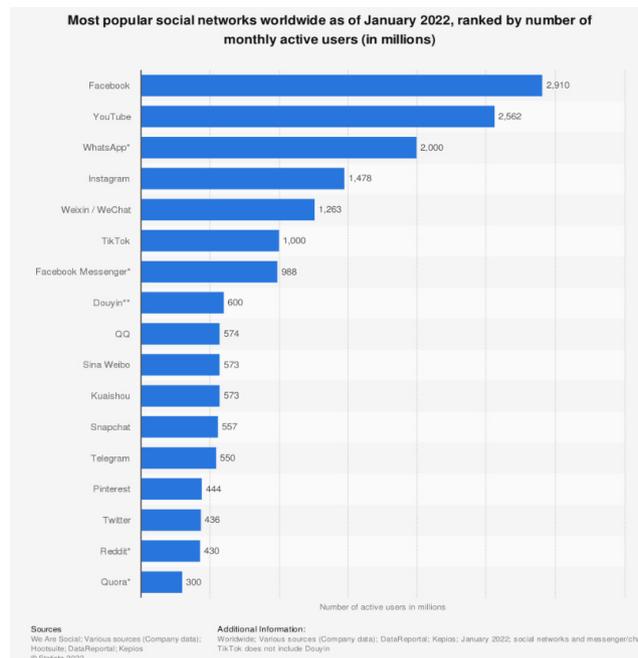


Figura 2: As redes sociais mais utilizadas no mundo (2022)

Fonte: <https://www.statista.com/statistics/272014/global-social-networks-ranked-by-number-of-users/>

A existência, gestão e utilização destes dados cria enormes interrogações à sociedade civil e às democracias, levantando questões sobre a salvaguarda da privacidade e dos usos comerciais e políticos, não autorizados. Ao mesmo tempo, torna-se um enorme desafio que impele à reflexão sobre a sociedade e a democracia e à acumulação de capital, potenciada pelo digital, apelando à reprogramação da educação para este diversificado ecossistema mediático¹⁰.

3. DESORDEM INFORMATIVA

A desordem informativa é uma das características do mundo atual¹¹. Ler o mundo envolve, por isso, decifrar, a partir das condicionantes de cada sujeito, estes fluxos e equacionar cenários de interpretação. Convém assinalar que uma das características da produção de conteúdos e de informação¹² no ecossistema mediático e digital atual é não só a sua intensidade, mas também a sua circularidade e extensão. Quer dizer que qualquer conteúdo gerado, circula de forma intensa e rápida em inúmeros dispositivos e múltiplas plataformas, tendo capacidade de migrar e de se adaptar a linguagens e públicos diferenciados. A circularidade é potenciada pelas conexões tecnológicas entre empresas produtoras de conteúdos e dispositivos móveis, que visam à rentabilidade e à publicitação dos seus produtos, e que faturam com base em acessos, consumos e produções personalizadas. A situação se intensifica na circulação de fluxos de informação, que tende a se realizar em looping, acelerando e encurtando os ciclos noticiários e as agendas de informação, as mais das vezes sem controle de instituições jornalísticas e, ou, democráticas, objetivando lucros através do aumento de audiências, tornadas consumidores. Causas e consequências de um mundo politicamente polarizado e fragmentado, estas circunstâncias determinam processos de desinformação e a disseminação de má informação, ao mesmo tempo que promovem notícias falsas, instigadoras de discursos de ódio. Convém salientar que a desordem informativa está ancorada nas Big Tech que congregam o maior número de consumidores e, como foi anteriormente referido, constituem as empresas com maior valor no mercado mundial.

10 RAGNEDDA, Massimo. Conceptualizing digital capital. *Telematics and Informatics*, Amsterdam, v. 35, n. 8, p. 2366-2375, 2018; BUCKINGHAM, David. Epilogue: Rethinking digital literacy: Media education in the age of digital capitalism. *Digital Education Review*, n. 37, p. 230-239, 2020.

11 WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

12 Utiliza-se aqui os termos conteúdos e informação em sinónimo.

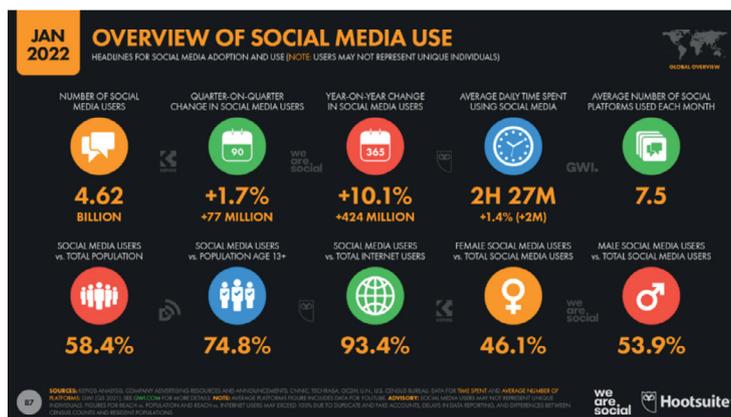


Figura 3: Usos mundiais dos meios digitais em janeiro de 2022

Fonte: <https://datareportal.com/reports/digital-2022-global-overview-report>.

Estas empresas consolidaram um novo contexto sociotecnológico, baseado nas redes, no digital e na mobilidade, promovendo alterações nas condições de acesso a conteúdos/informação e, ao mesmo tempo, permitindo que atores individuais, ou coletivos, cidadãos ou grupos de cidadãos comuns, acessem a uma visibilidade virtual. Uma mudança que atingiu inesperadamente enunciadores tradicionais do espaço público e os colocou em concorrência com outros enunciadores que atuam nas redes sociais e no mundo digital de forma difusa. Se os enunciadores tradicionais - como as instituições em geral, e em particular a escola, a família, as igrejas, as empresas, a imprensa ou as mídias *mainstream* – atuavam com base numa comunicação hierarquizada e descendente, os novos enunciadores, que emergiram com base em aparatos tecnológicos, caracterizam-se por privilegiarem uma comunicação horizontal, desregulada, emocional e, muitas vezes, anónima e socialmente desresponsabilizada¹³.

A interconexão e autofagia destes dois polos concorrentes conduziram a transformações nas condições de circulação discursiva, na medida em que se estabelece uma dinâmica ininterrupta, onde interagem fluxos comunicacionais descendentes (por exemplo, de instituições, as mídias *mainstream* para os cidadãos), ascendentes (de cidadãos anónimos para as mídias) e horizontais (entre cidadãos), acompanhados de grandes cargas emocionais individuais ou coletivas.

Quadro 1: Elementos de comparação entre a Comunicação nos Meios Tradicionais e nas Redes Sociais

Comunicação nas Mídias Tradicionais	Comunicação nas Redes Sociais
Conversa unidirecional	Conversa multidirecional
Sistemas fechados	Sistemas abertos
Opaca	Transparente
Sobre “Nós”	Sobre “Eu”
Conteúdo controlado	Conteúdo espontâneo
Comunicação estruturada	Comunicação desestruturada
Estratégia de cima para baixo	Estratégia de baixo para cima
Linguagem formal	Linguagem informal
Envolvimento passivo	Envolvimento ativo
Métrica: audiência	Métrica: utilizador engajado
Pré-produção/grades/agendamento	Criação em tempo real
Gestão empresarial económica	Gestão por objetivos futuros
Plataformas concessionadas/utilizador pagador	Plataformas pagas/acesso gratuito

Fonte: Elaboração própria.

A qualidade das democracias e o exercício da cidadania têm sido as grandes vítimas deste ecossistema mediático e digital, cuja tentativa de regulação, nas sociedades democráticas, tende a ser percebida como uma forma de censura e uma ameaça à liberdade de expressão e de informação. Contudo, algumas formas de censura têm sido instauradas, com anuência dos cidadãos e empresas, tais como a que previne a pornografia, o terrorismo, discursos de ódio, as transferências “peer to peer” e restrições a determinadas utilizações de VPN.

13 ARLÓN, Mario; FECHINE, Yvana. *O fim da televisão*. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2014.

Sair da armadilha da censura e, em simultâneo, ter algum nível público e democrático de regulação, não têm sido tarefa fácil. Tentativas de regulação, por exemplo, na União Europeia, não têm tido até ao momento grande sucesso, embora um primeiro passo tenha sido dado no sentido de “localizar” os impostos das BigTec nos países em que obtêm lucros. Uma outra disposição europeia orientou-se para a prevenção e vigilância de discursos de ódio e ações no sentido de reforçar os direitos humanos e a prevenção de todas as formas de discriminação. Em simultâneo, foi apoiado um investimento massivo em programas de literacia mediática e digital, direcionados para crianças e jovens mas, também, para grupos vulneráveis da sociedade, como idosos, migrantes e desempregados. Estas ações inserem-se na assunção da literacia como um direito básico a todos os cidadãos ao longo da sua vida no contexto da Declaração Europeia de Literacias.¹⁴

O combate ao cibercrime e às fábricas de trolls e de notícias falsas, com o apoio económico a empresas de *factchecking* e de vigilância ao cibercrime, tem sido uma outra frente de atividade regulatória, que com a guerra da Rússia na Ucrânia adquiriu uma outra dimensão e pertinência. Wardle¹⁵, identifica sete tipos de má informação ou desinformação, que podem surgir sobre a forma de sátira ou paródia, conteúdos erróneos, conteúdos mentirosos, conteúdos fabricados, falsas conexões e contextos e manipulação de conteúdos. Esta tipologia pode ainda ser especificada de forma a identificar-se os danos deste tipo de informação causados à democracia, tais como notícias sobre figuras públicas, com vista a publicitar rumores e fragilizar ações governativas que ponham em causa os interesses organizados; notícias que acirrem o conflito entre instituições, partidos e atores democráticos; notícias que desafiem as instituições democráticas e favoreçam interesses de mercado e cooperações em detrimento dos cidadãos, da cidadania e da democracia; notícias que promovam a descredibilização das instituições democráticas e dos seus agentes.

4. LITERACIA E LITERACIAS

Como anteriormente se referiu, saber ler, escrever, interpretar textos e contar constituíam os requisitos mínimos da aceção de literacia. As alterações tecnológicas das últimas décadas do século XX fizeram o conceito adaptar-se e adquirir novas valências e dimensões, tornando-o versátil.

O conceito emerge, assim, polissémico e plural, associado a um outro ecossistema mediático que faz circular conteúdos e informação, de forma horizontal e transversal, entre múltiplos dispositivos tradicionais e digitais. A imersão neste complexo ecossistema, com os consequentes impactos cognitivos e emocionais, e os desafios que este representa para os indivíduos singulares e para as sociedades em geral, levaram à reprogramação do conceito de literacia¹⁶.

No início do milênio, surgem diferentes designações do conceito, em consonância com as mudanças tecnológicas e em sintonia com a diversificação e complexificação do ecossistema digital. Silverstone¹⁷ considera *Media Literacy* o “pré-requisito” para a participação plena na pós-modernidade, envolvendo competências críticas de análise

¹⁴ Cfr.: ELINET <http://www.elinet.eu>.

¹⁵ WARDLE, Claire. Fake news: it's complicated. *First Draft*, [s. l.], 16 fev. 2017. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/articles/fake-news-complicated/>. Acesso em: 31 out. 2022.

¹⁶ PINTO, Manuel; PEREIRA, Sara; PEREIRA, Luís; FERREIRA, Tiago. *Educação para as mídias em Portugal: experiências, actores e contextos*. Lisboa: ERC, 2011.

¹⁷ SILVERSTONE, Roger. Regulation, media literacy and media civics. *Media, Culture & Society*, Thousand Oaks, v. 26, n. 3, p. 440-449.

e apreciação das dinâmicas sociais. Em 2008, a Unesco e a Comissão Europeia, arrancaram com programas de Literacia mediática e informacional (Media and Information Literacy), com vista a expandir o uso de competências digitais nas sociedades em crescente processo de digitalização. Seguem-se outras acepções e designações tais como: multiliteracias¹⁸; novas literacias¹⁹; educação para a literacia mediática²⁰; literacia múltipla e global²¹. Já a proposta de literacia digital de Sónia Livingstone²², desenvolvida a partir de projetos que analisaram o comportamento de crianças e jovens na utilização de ferramentas tecnológicas, objetivou aferir como estes percebem, leem e interpretam códigos e convenções digitais. O conceito incorporou, ainda, outras valências com a finalidade de responder a desafios como a utilização de elementos de segurança, domínio de fontes, controle de impulsos e emoções, avaliação da qualidade da informação ou a identificação de notícias falsas.

A expansão do conceito de literacia implicou, também, para muitos outros autores, a capacidade de interagir com a sociedade e o ambiente, com base em competências intelectuais e emocionais, tais como pensamento crítico, criatividade, capacidade de tomar decisões e resolver problemas assente em informação disponível, na avaliação de riscos e na gestão de emoções.

A gestão das emoções não tem sido merecedora de muita atenção nos programas e projetos de treino e aquisição de literacia, embora esteja inerente a áreas afetada pela comunicação, como a filmografia, a publicidade, o marketing e em conceitos trabalhados de forma sistemática no jornalismo, nomeadamente o infoentretenimento, mistura de informação e entretenimento. Convém salientar que o infoentretenimento se caracteriza pela pouca atenção dada a temas ditos “duros”, como a política, a economia ou questões sociais, acentuando a visibilidade de conteúdos “leves”, como o desporto, as celebridades, os escândalos e os factos insólitos. Nestas escolhas informacionais, suportados por estratégias visuais sofisticadas de edição, prevalece o sensacionalismo, a conflitualidade gratuita, o rumor e a intriga, encadeados à maneira de narrativas ficcionais, onde se identificam episódios pautados pela suposição, clímax e *pathos*²³. O infoentretenimento surge como um modo de informação carregado e gerador de elementos emocionais, que uma vez transposto para o online, tende a ser otimizado pela programação algorítmica.

Num ecossistema digital, dominado pela mobilidade e pelas redes sociais, assentes na automediatização, as emoções imediatas tendem a adquirir uma força expansiva, associada a conteúdos disruptivos, potenciadas por algoritmos. A emoção é um sentimento positivo e diverso, que distingue pela sua variedade os seres humana de outros seres vivos.²⁴ A quantidade e multiplicidade de emoções expressa-se nos indivíduos através de inúmeros traços comunicacionais, dos verbais aos não verbais, dos culturais aos espontâneos. A transferência do campo emocional de um ambiente face a face para o online alterou a forma como as sociedades se organizam e os indivíduos pensam e se relacionam, sobretudo no campo das redes sociais, espelho de redes de emoção. O papel das redes, dada as características, assentes na programação algorítmica, de favorecer a instantaneidade, a intensidade e a efemeridade emocional, tornaram as emoções “mercadorias” de diversas espécies. A força desta propagação, que agrega sensibilidades partilhadas e preenche vazios socioeconômicos, tende a

18 COPE, Bill; KALANTZIS, Mary. **Multiliteracies**. London: Routledge, 2000; JENKINS, Henry, CLINTON, Katie; PURUSHOTMA, Ravi; ROBISON, Alice J.; WEIGEL, Margaret. **Confronting the Challenges of Participatory Culture: Media Education for the 21st Century**. Chicago: The MacArthur Foundation, 2009.

19 DUSSEL, Inês. **Los nuevos alfabetismos en el siglo XXI: desafíos para la escuela**. [S. l.]: [s. n.], 2014.

20 LOPES, Paula Cristina. **Educação para as mídias nas sociedades multimediatizadas**. Lisboa: CIES, 2011.

21 GUTIERREZ, Afonso; TYNER, Kathleen. Media literacy, media education and digital competence. **Comunicar**, Huelva, v. 19, n. 38, p. 1-8, 2012.

22 LIVINGSTONE, Sonia. **Media literacy: ambitions, policies and measures**. Brussels: COST, 2011.

23 MAZZOLENI, Giampietro. Mediatization and Political Populism. In: Esser, Frank; Strömbäck, Jesper (ed.). **Mediatization of Politics**. London: Palgrave Macmillan, 2014.

24 GONZALEZ, Ana Maria. Introducción: emociones y análisis social. In: FLAMARIQUE, Lurdes; D'OLIVEIRA-MARTINS, Madalena (ed.). **Emociones y estilos de vida: radiografía de nuestro tiempo**. Madrid: Biblioteca Nova, 2013. p. 9-24.

promover bolhas ideológicas, onde o contágio emocional adquire notável preponderância, que tanto se orientam para o mercado sustentando, por exemplo, clubes de fãs ou seguidores de influencers, como adquirem sentidos de intervenção política, muitas vezes radicalizados em discursos de ódio e terrorismo. Promover a descodificação, controle e minimização dos impulsos emocionais deve constituir um dos objetivos atuais dos programas e atividades no âmbito das literacias.

Neste campo destaca-se a linha de pesquisa designada de literacia crítica que tem uma genealogia nos Estudos Culturais, desenvolvidos em Birmingham no Reino Unido, e contributos significativos na pedagogia de Paulo Freire. Esta linha de pensamento e de atuação visa oferecer “um enquadramento teórico e uma prática pedagógica para analisar criticamente a informação e criar mensagens mediáticas contra-hegemônicas”²⁵. Ela objetiva incorporar princípios, tendências e preocupações que informam o século XXI, desde as questões associadas à desordem informativa até às de natureza identitária e pós-colonial. A literacia crítica pressupõe uma alfabetização complexa em torno de seis questões: (1) construtivismo social, quem escreve o(s) texto(s) e mensagens; (2) linguagem, acesso e sentidos; (3) leituras possíveis realizadas pelas audiências; (4) valores representados, interpretados e condicionados à natureza do meio de difusão; (5) interesses e instituições envolvidas; (6) pluralismo e, ou, ponto de vista do(s) texto(s)²⁶.

Implícita à ampliação do campo conceptual da literacia está o domínio de uma arquitetura teórica e a proficiência na utilização de tecnologias digitais que permitam pesquisar, aceder e interpretar diversas fontes de informação em áreas centrais do conhecimento humano, como a política, a economia, o ambiente, a cultura, a saúde e outras. Está, igualmente, subjacente o autoconhecimento emocional e a capacidade de avaliar motivações que levam grupos a agirem em “bolha” e a se isolarem/radicalizarem face a determinados objetivos.

5. PARA UMA LIETERACIA GLOBAL

Não havendo receitas para uma literacia global, a proposta centra-se na capacitação dos cidadãos, ao longo da vida, para uma vivência democrática, num ecossistema mediático e digital. Deste modo, com os pressuposto anteriormente expostos, a literacia para uma cidadania global visa conhecer e agir num mundo, a partir das condutas de cidadãos conscientes da sua circunstância e criticamente informados, que utilizem de forma correta, ética e segura a tecnologia e, em simultâneo, se pautem por aspirações que contemplem toda a humanidade²⁷. Agir neste cenário envolve um conjunto de competências designadas *hard skills*, como aptidões de liderança; raciocínio abstrato; conhecimento técnico; cálculo matemático e estatístico; resolução de problemas técnicos. A estas devem-se juntar capacidades de outra natureza, *soft skills*, tais como de liderança paritária, apoiada em raciocínio emocional e gestão da comunicação intrapessoal e interpessoal, o que pressupõe uma imaginação criativa e a eficiência na resolução de problemas humanos relacionais.

25 SHARE, Jeff. Literacia crítica dos media. In: BRITES, Maria José; AMARAL, Inês; TORRES DA SILVA, Marisa (ed.). *Literacias cívicas e críticas: refletir e praticar*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho, 2019. p. 73.

26 KELLNER, Douglas; SHARE, Jeff. The critical media literacy guide: engaging media and transforming education. *Central European Journal of Communication*, t. 3., n. 2, Leiden, 2019.

27 Inserir a obra “Isman & Canan Gungoren, 2014” nesta nota de rodapé e na lista de referências..

Literacias para a cidadania global

• Isabel Maria Ribeiro Ferin Cunha

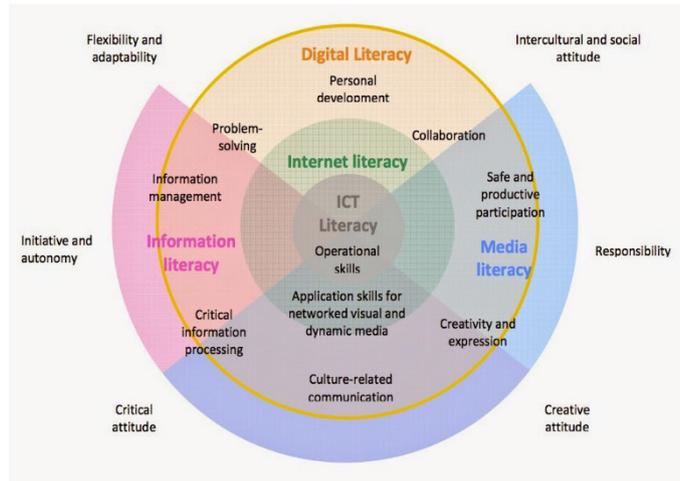


Figura 4: Competências para o século XXI

Fonte: ALA-MUTKA, Kristi. *Mapping Digital Competence: Towards a Conceptual Understanding*. JRC Technical Notes, 2011.

Os objetivos enunciados englobam três níveis de literacia distintos associados às tecnologias de informação e comunicação: (1) os princípios basilares; (2) as competências essenciais; (3) os modelos de projeção. Três níveis que representam três formas de vivenciar o mundo onde num primeiro nível, os sujeitos utilizadores possuem ferramentas de acesso e literacia social, mediática, digital rudimentar; um segundo nível em que estas capacidades se aperfeiçoam e potencializam com vista a uma otimização da utilização e da compreensão e, por fim, um terceiro nível, em que o grande objetivo é antecipar e projetar cenários, de forma a condicionar os usos sociais das tecnologias e as suas consequências na cidadania. Salienta-se que estes três níveis de literacia não são inteiramente distintos, pois para que um cidadão obtenha uma literacia com as características do nível dois, ou três, tem, obrigatoriamente, de adquirir as competências do nível anterior.

A aquisição de competências de literacia visa a participação, qualificada e consciente, dos cidadãos como atores no espaço público expandido pelas redes sociais. A tipologia existente considera que se podem distinguir papéis como: participantes, atores que apresentam temas e os discutem; moderadores ou mediadores, atores que negociam as interações online; comentadores profissionais, atores que com base em “autoridade” adquirida no espaço público, formulam opiniões e argumentam. Há ainda a salientar os atores que passeiam nas redes e observam, sem se pronunciarem e, finalmente, os provocadores que estimulam e instigam confrontos, e têm um papel importante na polarização das redes sociais. Estas formas de estar dos cidadãos nas redes sociais, são também objeto das literacias para a cidadania global, que visam uma participação cidadã neste espaço público alargado.

No primeiro nível de literacia estão os alicerces da alfabetização, uma aprendizagem que envolve as atividades de ler, escrever, calcular e contar. Contudo, na atualidade, a complexidade destas atividades não se resume a conhecimentos elementares mas sim, a capacidades de consultar e identificar fontes, bem como de ler e interpretar materiais em diversos suportes e dispositivos, que vão de textos de jornais a cartazes ou

memes. A mesma dimensão perpassa a escrita, que sendo necessário o domínio básico, tem que se adaptar no quotidiano a diversos suportes tecnológicos, enquanto calcular e contar se situa, igualmente, para além das funções básicas e entra no domínio da compreensão da economia, das finanças e da programação digital.

Treinar este nível de literacia passa por exercícios que visam selecionar contextualizar, interpretar e analisar textos, imagens, vídeos, materiais ficcionais, memes mas, também, procurar e identificar fontes e avaliar como, de forma individual ou grupal, se utilizam as tecnologias da informação e comunicação.

O segundo nível de literacia reivindica a aquisição de competências específicas que promovam o empoderamento e apoia-se na vivência individual em um ecossistema mediático e digital. Trata-se de uma literacia adquirida em função do aproveitamento individual de oportunidades, que tanto pode estar alheada de qualquer instituição, como passar pela formação educativa continuada. O primeiro caminho passa, na sua generalidade, pelos usos insistentes e exploratórios de ferramentas, o segundo tem como objetivo adquirir, em função de objetivos, o reconhecimento de competências. Em ambas as estratégias o indivíduo visa adquirir habilitações e autonomia que permitam uma intervenção proativa num mundo complexo, mediatizado e tecnológico. Exemplos a este nível estão competências tais como: atuação em áreas específicas (trabalho, lazer, cidadania e outras); conhecimento do funcionamento e arquitetura de redes; domínio de linguagens de programação; produzir conteúdos em suportes e linguagens diversificadas, bem como decifrar, comparar e superar desafios colocados por softwares, nomeadamente games. É um nível de alfabetização que confere ao indivíduo instrumentos de participação, enquanto cidadão, numa democracia.

O terceiro nível de literacia, é entendido como capacidade de projetar, com base em informação e na articulação de modelos mentais, cenários próximos e futuros. Nesta última dimensão objetiva-se perscrutar a realidade, identificar tendências, atuar proativamente face à compilação e utilização indiscriminada de dados, prevenindo a vigilância da sociedade e os consequentes desenvolvimentos e disfunções do ecossistema mediático e digital. Simultaneamente, com base na capacidade de aceder de forma democrática e cidadã a dados, planeja-se criar múltiplos cenários alternativos e intervir na seleção e obtenção de soluções mais propícias à inclusão e ao aprofundamento da democracia. Exemplos transformadores deste nível de literacia, são os que promovem o envolvimento, recolha e utilização de dados, em ações que partem do cidadão comum para as instâncias políticas comunitárias, com vista à resolução de questões do quotidiano, configurando atividades tecnopolíticas, tais como prevenção de catástrofes climáticas, incêndios, vivência das cidades, otimização da mobilidade e outras. Estas práticas sociotécnicas de envolvimento com dados demonstram a possibilidade de agenciamento face à coleta massiva de dados por governos e corporações e podem ser observadas como expressões de *ativismo de dados*²⁸.

Citando o professor Manuel Pinto²⁹, não existe uma “linha justa” ou “correta”: “O que existe são múltiplos entendimentos e uma variedade conceitos e práticas de práticas, dos quais podemos colher inspiração para o que achamos necessário fazer, no tempo, lugar e circunstâncias que são os nossos”.

28 GUTIERREZ, Miren. *Data activism and social change*. London: Palgrave Macmillan, 2018.

29 PINTO, Manuel. Prefácio... Op. cit., p. 7-8.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- BUCKINGHAM, David. Epilogue: Rethinking digital literacy: Media education in the age of digital capitalism. **Digital Education Review**, n. 37, p. 230-239, 2020.
- CARLÓN, Mario; FECHINE, Yvana. **O fim da televisão**. Rio de Janeiro: Confraria do Vento, 2014.
- COPE, Bill; KALANTZIS, Mary. **Multiliteracies**. London: Routledge, 2000.
- DUSSEL, Inês. **Los nuevos alfabetismos en el siglo XXI: desafios para la escuela**. [S. l.]: [s. n.], 2014.
- GONZALEZ, Ana Maria. Introducción: emociones y análisis social. *In*: FLAMARIQUE, Lurdes; D'OLIVEIRA-MARTINS, Madalena (ed.). **Emociones y estilos de vida: radiografía de nuestro tiempo**. Madrid: Biblioteca Nova, 2013. p. 9-24.
- GUTIERREZ, Miren. **Data activism and social change**. London: Palgrave Macmillan, 2018.
- GUTIERREZ, Afonso; TYNER, Kathleen. Media literacy, media education and digital competence. **Comunicar**, Huelva, v. 19, n. 38, p. 1-8, 2012.
- JENKINS, Henry, CLINTON, Katie; PURUSHOTMA, Ravi; ROBISON, Alice J.; WEIGEL, Margaret. **Confronting the Challenges of Participatory Culture: Media Education for the 21st Century**. Chicago: The MacArthur Foundation, 2009.
- KELLNER, Douglas; SHARE, Jeff. The critical media literacy guide: engaging media and transforming education. **Central European Journal of Communication**, t. 3., n. 2, Leiden, 2019.
- LIVINGSTONE, Sonia. **Media literacy: ambitions, policies and measures**. Brussels: COST, 2011.
- LOPES, Paula Cristina. **Educação para as mídias nas sociedades multimidiáticas**. Lisboa: CIES, 2011.
- MACEDO, Lurdes. Educação e literacia para as mídias na promoção da cidadania. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 4., 2005, Aveiro. **Atas** [...]. Aveiro: Comissão Editorial da Universidade de Aveiro, 2005.
- MATTELART, Armand. **A invenção da comunicação**. Lisboa Piaget, 1994.
- PACE, Jonathan. The Concept of Digital Capitalism. **Communication Theory**, Oxford, v. 28, n. 3, p. 254-269, 2018.
- PINTO, Manuel. Prefácio: conceitos e práticas. *In*: BRITES, Maria José; AMARAL, Inês; TORRES DA SILVA, Marisa. **Literacias cívicas e críticas**. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho, 2019. p. 7-8.

PINTO, Manuel; PEREIRA, Sara; PEREIRA, Luís; FERREIRA, Tiago. **Educação para as mídias em Portugal**: experiências, actores e contextos. Lisboa: ERC, 2011.

RAGNEDDA, Massimo. Conceptualizing digital capital. **Telematics and Informatics**, Amsterdam, v. 35, n. 8, p. 2366-2375, 2018.

SHARE, Jeff. Literacia crítica dos media. *In*: BRITES, Maria José; AMARAL, Inês; TORRES DA SILVA, Marisa (ed.). **Literacias cívicas e críticas**: refletir e praticar. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Universidade do Minho, 2019.

UNESCO. **Um mundo, muitas vozes (Relatório MacBride)**. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

WARDLE, Claire. Fake news: it's complicated. **First Draft**, [s. l.], 16 fev. 2017. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/articles/fake-news-complicated/>. Acesso em: 31 out. 2022.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. Lisboa: Relógio D'Água, 2020.